

Workshop – Proposta da Estratégia Nacional para Implementação da NDC do Brasil: recuperação de pastagem e ILPF.

Local e data de realização: Brasília, 29 de maio de 2018

Participantes: Alexandra Maciel (MMA), Elvson Ramos (MAPA), Sidney Medeiros (MAPA), Gabriel Lui (MMA), José Maria Pimenta (ANATER), Pedro Correa (MAPA), Roberta Cantinho (MCTIC), Julia Norat (BID), Somara Gomes (MMA), Robélío Marchão (Embrapa), Gustavo Mozzer (Embrapa), Gustavo dos Santos (CNA), Nelson Ananias Filho (CNA), Anne Gander (BID), Mario Henrique Mendes (MMA), Isac Noronha (ANATER), Celso Manzatto (Embrapa – via Webex), Rodrigo Lima (Agroicone), Leila Harfuch (Agroicone), Gustavo Palauro (Agroicone).

Principais pontos discutidos

- Necessidade de revisão de toda a política de crédito agrícola, não somente focando no Programa ABC, com o objetivo de tornar toda a produção agropecuária de baixo carbono, e não somente aquelas atividades financiadas pelo ABC (“descarbonização do Plano Agrícola e Pecuário”);
- Como há regionalização do crédito rural no Brasil, sendo os recursos concentrados nas regiões sul/sudeste, como alocar maior volume de recursos para a região nordeste;
- Necessidade de apoio às instituições de extensão rural e assistência técnica para fomento de suas atividades entre os produtores. Possíveis parcerias público-privadas podem ser voltadas para este objetivo;
- Sugestão de alocação de sistemas integrados (ILPF, ILP, ILF, IPF) em diversas áreas, não se restringindo apenas àquelas áreas com solo degradado e tão somente para recuperação, mas também para diversificação da renda da propriedade, por exemplo;
- Quanto à área alocada para recuperação de pastagem conforme a NDC (15 milhões de hectares até 2030), foi indicada a possibilidade de se atingir a meta de emissão da NDC com menor área recuperada, dado a potencialidade da tecnologia;
- Importante destaque sobre o objetivo de aumentar a resiliência produtiva por meio da implementação de sistemas produtivos integrados e das tecnologias de recuperação de pastagens, objetivo que vai além da redução das emissões de GEE;
- Sugestão de interlocução entre os agentes de políticas públicas junto à CNA e SENAR, uma vez que possuem ações em andamento quanto a capacitação técnica de produtores, o que poderia ser ampliado para atingir as tecnologias de interesse.

Encaminhamentos

Como encaminhamento, foram sugeridas cinco grandes frentes de trabalho:

- Financiamento: buscar um olhar mais amplo para revisão das políticas de crédito rural quanto ao Plano Safra, e não somente quando ao Programa ABC. Oportunidade ampliar a agricultura de baixo carbono para toda a agropecuária brasileira;
- Assistência técnica: importante a interlocução entre Ministério da Agricultura (MAPA) e CNA e SENAR como forma de reunir esforços e implementar ações para atender a demanda por assistência técnica e extensão dos produtores rurais.
- Monitoramento: integração entre as plataformas de monitoramento (por exemplo, TerraClass e Plataforma ABC) como meio de avançar nessa questão (em andamento na Embrapa);
- Revisão do Inventário Nacional de Emissões: criar uma agenda de médio prazo a fim de que sejam realizados experimentos e incorporados novos parâmetros TIER2 no inventário; incluir o balanço de emissões de GEE das atividades agropecuárias, especialmente das tecnologias de recuperação de pastagem e ILPF. Sugestão para adoção da abordagem GTP e não GWP no inventário de emissões.
- Importante desenvolver mecanismos de financiamento das tecnologias adicionais ao crédito rural, com recursos externos e privados.